

Título do capítulo	APRESENTAÇÃO
Autores(as)	Sandro Pereira Silva Carlos Henrique Corseuil Joana Simões Costa
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-042-4/apresentacao

Título do livro	IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO E NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL
Organizador(es)	Sandro Pereira Silva Carlos Henrique Corseuil Joana Simões Costa
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	-
ISBN	978-65-5635-042-4
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-042-4

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

APRESENTAÇÃO

A pandemia de covid-19, deflagrada logo nos primeiros meses de 2020, impactou drasticamente a dinâmica social em todo o mundo. A elevada velocidade de contágio e a consequente saturação dos leitos de internação hospitalar implicaram a necessidade de ações severas de contenção epidemiológica, sobretudo em termos de limitação da circulação e aglomeração de pessoas.

Tais medidas, por sua vez, tiveram como desdobramentos quedas significativas no quantitativo de postos de trabalho logo nos primeiros meses de emergência. No Brasil, milhões de famílias ficaram desprovidas de renda advinda de atividades laborais, em especial aquelas que já conviviam com situações preocupantes de vulnerabilidade social, com vínculos precários de emprego e baixa renda domiciliar *per capita*. Para mitigar tais efeitos, foram lançadas algumas políticas públicas nos distintos níveis de poder federativo.

O grande volume de dados domiciliares que continuaram a ser levantados durante esse período permitiu um acompanhamento sistemático desses impactos, bem como das medidas de enfrentamento e mitigação tomadas pelo poder público. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) contribuiu bastante nessa função, com inúmeros estudos elaborados a partir de abordagens variadas sobre os impactos socioeconômicos da pandemia no território nacional, publicados em distintos veículos de divulgação (boletins, notas técnicas, periódicos, textos para discussão).

Como esse período recente será, certamente, um ponto de partida para análises futuras nos diversos centros de pesquisa do país, fez-se necessária a reunião e sistematização desses estudos voltados diretamente à análise dos impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil. Esse esforço resultou, portanto, na publicação deste livro, no formato de uma coletânea. Acredita-se que esta será uma importante contribuição do Ipea, pois a junção desses estudos em um único veículo facilitará sua divulgação para pesquisadores de todo o país.

Este livro, portanto, congrega uma variedade de estudos que abordaram essa temática sobre múltiplas lentes analíticas, incluindo pesquisadores e pesquisadoras não só de diferentes diretorias, mas também de outros órgãos que contribuíram em periódicos do Ipea desde 2020. Para tanto, optou-se por organizá-lo em capítulos divididos em cinco seções, conforme as dimensões de análise escolhidas pelos(as) pesquisadores(as).

A seção I, constituída por oito capítulos e intitulada *Comportamento dos indicadores do mercado de trabalho*, trata do tema tanto na ótica nacional, comparando o período de recessão (2015-2016) e da pandemia de covid-19 no Brasil, quanto na perspectiva internacional da mortalidade por covid-19 e da queda no emprego. Além disso, esta seção apresenta estudos sobre a evolução do emprego setorial em 2020 e outros recortes, iluminando segmentos de trabalhadores informais em condições de trabalho precário e outros, por exemplo, o emprego doméstico, setores estes mais fortemente afetados pela pandemia e mais carentes de ações públicas protetivas.

O capítulo 1, denominado *Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015-2016 e da pandemia de covid-19*, foi escrito por Carlos Henrique Corseuil, Maíra Franca, Gabriela Padilha, Lauro Ramos e Felipe Mendonça Russo. Os autores analisaram o comportamento de distintos indicadores sobre as condições individuais em relação ao mercado de trabalho (ocupado, desocupado e inativo) e à remuneração no contexto dessas duas recessões, desagregando, ainda, com base em algumas características dos trabalhadores, como gênero, idade, escolaridade.

No capítulo 2, *Cinco meses de perdas de empregos e simulação de um incentivo a contratações*, Marcos Hecksher analisou a trajetória de forte encolhimento do emprego entre fevereiro e julho de 2020, período de mais intensidade dos impactos da pandemia no mercado de trabalho brasileiro. Além da variação dos indicadores de emprego e massa de rendimentos nesse período, o autor realizou ainda uma série de simulações sobre propostas de contenção desses impactos via desonerações de encargos trabalhistas.

O capítulo 3, escrito por Sandro Sacchet de Carvalho, Marcos Antônio Freitas de Holanda Cavalcanti, Maria Andreia Parente Lameiras e Lauro Ramos, traz uma *Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período da covid-19*. Nesse capítulo, os autores problematizam a evolução do mercado laboral nos primeiros meses da pandemia de covid-19 a partir da verificação dos fluxos de entrada e saída dos indivíduos em relação às possíveis situações no mercado, tanto para o conjunto dos trabalhadores brasileiros quanto para os diferentes perfis profissionais e setoriais.

O capítulo 4 traz o texto *Impactos fatais da covid-19 nos trabalhadores brasileiros*, e é escrito por Ernesto Pereira Galindo, Sandro Pereira Silva e Jorge Ubirajara Pedreira Júnior. Como o próprio título diz, os autores buscaram avaliar o impacto inicial da pandemia de covid-19 sobre a mortalidade de trabalhadores e a estrutura ocupacional brasileira, utilizando dados administrativos sobre desligamentos de vínculos empregatícios e o total de óbitos ao longo de 2020, relativizando os números pelo estoque de trabalhadores por setores ocupacionais. Com isso, foi possível identificar, por exemplo, aquelas atividades mais afetadas em termos de mortalidade durante o primeiro ano de pandemia no país.

Sandro Sacchet de Carvalho e Mauro Oddo Nogueira são os autores do capítulo 5, intitulado *O trabalho precário e a pandemia: os grupos de risco na economia do trabalho*. Nesse texto, os autores discutem alguns dos impactos diferenciados da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho brasileiro, que atingiu com maior gravidade os segmentos mais vulneráveis da economia, revelando a natureza precária da inserção laboral de grande parte dos trabalhadores.

No capítulo 6, Marcos Hecksher escreveu sobre *Mortalidade por covid-19 e queda do emprego no Brasil e no mundo*. As análises realizadas buscaram expressar os impactos da pandemia no Brasil, tanto na mortalidade quanto no mercado de trabalho, em uma perspectiva comparada com dezenas de outros países. A escolha metodológica permitiu demonstrar como a situação brasileira foi grave, situando-se entre os países mais afetados em ambos os indicadores.

Carlos Henrique Corseuil, Lauro Ramos e Felipe Mendonça Russo assinam o capítulo 7, cujo título é *A evolução do emprego setorial em 2020: quão heterogêneo foi o tombo entre os setores?* Nesse texto, as análises recaem sobre o comportamento setorial do mercado de trabalho entre os meses de maio e outubro de 2020, buscando compreender os ajustes e os incipientes movimentos de recuperação nos fluxos de emprego, tanto formal quanto informal. Também foram verificados dados sobre a abertura de empresas, mas diferentes dos outros indicadores que já demonstravam algum sinal de melhora, esse se manteve estável.

A seção I é finalizada com o capítulo 8, intitulado *Emprego doméstico no Brasil: transições em contextos de crises*. Nesse estudo, Joana Simões Costa, Felipe Mendonça Russo, Guilherme Hirata e Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa, por meio de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, analisam a evolução do emprego doméstico e suas transições para a inatividade e o desemprego entre 2012 e 2021. O período selecionado compreende as últimas recessões econômicas brasileiras, tanto aquela iniciada em 2014 quanto a associada à pandemia de covid-19, buscando compreender o que ocorre com o trabalho doméstico em contextos recessivos.

A seção II é denominada *Teletrabalho e novas tecnologias de gestão do trabalho*, e envolve textos que tratam das transformações tecnológicas no emprego em função das restrições impostas pela pandemia. Além do perfil dos trabalhadores em trabalho remoto em 2020, os estudos focam em situações específicas afetadas pela pandemia, como o setor cultural, as consequências do trabalho remoto para as mulheres frente à divisão sexual do trabalho e a situação dos trabalhadores de aplicativos. A seção se inicia com o capítulo 9, intitulado *Um panorama do trabalho remoto no Brasil e nos estados brasileiros durante a pandemia da covid-19*, de autoria de Geraldo Sandoval Góes, Felipe dos Santos Martins e José Antônio Sena Nascimento. O estudo investiga o trabalho remoto potencial e efetivo no

Brasil durante o primeiro ano de pandemia, em 2020. Além de traçar um perfil geral dos trabalhadores submetidos a essa forma de trabalho, os autores estimaram ainda um modelo identificador dos principais determinantes individuais sobre a probabilidade de trabalho remoto no país.

O capítulo 10, intitulado *O setor cultural na pandemia: o teletrabalho e a Lei Aldir Blanc*, também abordou a relação do trabalho remoto no país, nesse caso, voltado especificamente aos trabalhadores do setor cultural. Geraldo Sandoval Góes, Leonardo Queiroz Athias, Felipe dos Santos Martins e Frederico Augusto Barbosa da Silva analisaram as mudanças nesse setor a partir de duas questões: o potencial de trabalho remoto entre os trabalhadores da cultura, a partir da estimação de um modelo econométrico; e a Lei Aldir Blanc, sancionada para mitigar os impactos da pandemia de covid-19 na economia da cultura, explorando alguns desafios para sua implementação.

Na sequência, Aguinaldo Nogueira Maciente, no capítulo 11, denominado *Essencialidade, contato interpessoal, teletrabalho e automação das ocupações no mercado formal brasileiro: riscos e potencialidades advindos da covid-19*, buscou quantificar, a partir de características ocupacionais constantes, os desafios enfrentados pelos trabalhadores formais e pelos setores de atividade do Brasil para a retomada do emprego. O autor apresenta indicadores de vulnerabilidade dos trabalhadores e dos diferentes setores econômicos aos efeitos do fechamento parcial das atividades econômicas causado pela pandemia.

Para o capítulo 12, intitulado *Gênero, trabalho remoto e trabalho reprodutivo não remunerado no Brasil durante a pandemia de covid-19*, Lygia Sabbag Fares, Ana Luíza Matos de Oliveira e Lílian Nogueira Rolim discutem a divisão sexual do trabalho na sociedade brasileira e as consequências do trabalho remoto para as mulheres. A partir dos dados de um questionário respondido por 455 pessoas durante parte do período de distanciamento social no Brasil, entre 26 de maio e 15 de junho de 2020, as autoras verificam, diante do aumento do trabalho doméstico e de cuidados, como se deu a divisão do trabalho entre os gêneros para aqueles que fizeram trabalho remoto, em contraste com aqueles que não realizaram esse tipo de trabalho.

No capítulo 13, *O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da covid-19: análise dos dados da PNAD Covid-19/IBGE*, Raphael Santos Lapa traça uma análise geral dos trabalhadores que se enquadram nas categorias de entregadores e motoristas de aplicativo, por meio de dados coletados da pesquisa PNAD Covid-19. O texto traz informações sobre a quantidade de trabalhadores que se enquadram nessas categorias, seus atributos pessoais, as informações sobre rendimentos, as jornadas e as condições de trabalho, além de dados que mostram o impacto da pandemia sobre esses trabalhadores.

Na seção III, intitulada *Desigualdades e aspectos socioeconômicos da crise*, apresentam-se estudos que revelam quais impactos da pandemia foram diferenciados entre os segmentos sociais, levando ao recrudescimento das desigualdades socioeconômicas. Os capítulos analisam os efeitos da pandemia nas condições do mercado de trabalho, com foco em indicadores que têm forte influência na desigualdade, como gênero, raça/cor e idade, considerando certos aspectos, como massa salarial, eliminação de postos de trabalho, benefícios assistenciais e desigualdade de renda. A seção tem início com o capítulo 14, *Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da covid-19*, de autoria de Joana Simões Costa, Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa e Marcos Hecksher. Nesse estudo, o objetivo foi investigar a evolução de três dimensões relevantes da desigualdade brasileira no mercado de trabalho, gênero, raça/cor e idade, no período 2012-2020, com enfoque especial sobre como esses indicadores foram afetados pela crise associada à pandemia de covid-19.

No capítulo 15, Enid Rocha Andrade da Silva e Fábio Monteiro Vaz escreveram sobre *Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil*. Eles buscaram analisar os efeitos das medidas de enfrentamento da pandemia, tais como o fechamento do comércio e das escolas, sobre a população brasileira jovem. Com essa motivação, o foco é no grupo de jovens que não trabalham nem estudam, no intuito de identificar as vulnerabilidades desse grupo e sua evolução durante esse período conturbado de crise.

Ainda na temática da juventude, Carlos Henrique Corseuil e Maíra Franca escreveram, no capítulo 16, sobre a *Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise*. No texto, os autores buscaram verificar o comportamento da população jovem no mercado de trabalho de 2013 a 2020, período esse que inclui duas recessões: a primeira, de 2015 a 2017, e a mais recente, causada pela pandemia, em 2020. As análises foram expandidas para além do foco usual na taxa de desemprego, aproveitando informações longitudinais disponíveis pela PNAD Contínua para criar fluxos de transição entre diferentes estados no mercado de trabalho para os jovens.

Fernanda de Negri, Rafael Mello Galliez, Pedro Miranda, Priscila Koeller, Graziela Zucoloto, Joana Simões Costa, Claudio Miceli de Farias, Guilherme Horta Travassos e Roberto de Andrade Medronho escreveram o capítulo 17, intitulado *Aspectos socioeconômicos da covid-19: evidências dos trabalhadores formais do estado do Rio de Janeiro*. O objetivo apresentado nesse estudo foi analisar a relação entre as características socioeconômicas dos indivíduos e as chances de óbito pela covid-19. Para isso, foram combinados os registros individuais de pessoas infectadas com covid-19 no estado do Rio de Janeiro com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que contém diversas informações socioeconômicas sobre

trabalhadores formais do estado. A partir dessas informações, foi possível estimar modelos logísticos para avaliar desigualdades nos efeitos de variáveis, como sexo, idade, renda, raça/cor, escolaridade, ocupação e atividade econômica sobre o risco de morte pela covid-19 no estado.

Para o capítulo 18, Ana Amélia Camarano escreveu o texto intitulado: *Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?* Nele, a autora analisa o impacto da morte precoce de idosos – isto é, em uma idade em que a expectativa de vida é positiva e diferente de zero –, em especial dos que são responsáveis financeiros por famílias, na renda dos demais familiares.

No capítulo 19, *Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia: resultados da PNAD Contínua do terceiro trimestre de 2021*, Sandro Sacchet de Carvalho analisou os impactos causados pela pandemia de covid-19 no mercado de trabalho, com enfoque especial na desigualdade desses efeitos sobre os rendimentos do trabalho e as horas trabalhadas daqueles trabalhadores que permaneceram ocupados. O autor utilizou também informações sobre benefícios assistenciais nos primeiros meses da pandemia para verificar possíveis descolamentos da renda efetiva da renda habitual do trabalho.

O capítulo 20, por sua vez, traz o texto *Trabalho, população negra e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19*, de Tatiana Dias Silva e Sandro Pereira Silva. Os autores analisam os impactos diferenciados da pandemia sobre a condição laboral da população negra brasileira, considerando três aspectos fundamentais: i) desocupação e informalidade; ii) afastamento temporário do trabalho e trabalho remoto; e iii) desemprego por desalento causado pela pandemia.

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza encerra a seção III com o capítulo 21, intitulado *A pandemia de covid-19 e a desigualdade racial de renda*. O autor buscou documentar os efeitos da pandemia sobre a desigualdade econômica entre brancos e negros no Brasil, considerando quatro dimensões de análise: i) massa salarial; ii) eliminação de postos de trabalho; iii) benefícios assistenciais; e iv) desigualdade de renda.

A seção IV, *Políticas de mitigação de impactos*, segue com mais cinco textos, os quais abordam algumas medidas tomadas pelo poder público brasileiro, em distintos níveis da Federação, para mitigar os impactos da pandemia sobre a população. A seção se inicia com o capítulo 22, *Programas federais de manutenção de empregos e garantia de renda no contexto da pandemia em 2020: panorama geral de implementação e cobertura*, de Felipe Mendonça Russo, Sandro Pereira Silva e Carlos Henrique Corseuil. Nesse capítulo, os autores apresentaram uma radiografia das principais ações tomadas pelo Executivo federal diante da pandemia. As análises se concentram nas formas de apoio econômico a cidadãos, famílias e empresas no contexto de crise sanitária, com destaque para o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego

e da Renda e para o Auxílio Emergencial. São enfatizados os processos legislativos que levaram a suas aprovações, bem como os mecanismos de implementação e os principais indicadores de cobertura e execução no território nacional.

No capítulo 23, Sandro Sacchet de Carvalho disserta sobre *Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do Auxílio Emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro de 2020*. A partir de tabulações de indicadores ao longo de 2020, o estudo visou avaliar o impacto da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o papel que o benefício assistencial advindo do Auxílio Emergencial teve na sustentação da renda domiciliar.

Passamos em seguida, no capítulo 24, para *Benefícios emergenciais aos trabalhadores informais e formais no Brasil: estimativas das taxas de cobertura combinadas da Lei nº 13.982/2020 e da Medida Provisória nº 936/2020*, escrito por Marcos Hecksher e Miguel Foguel. Nesse capítulo, os autores analisam duas medidas adotadas pelo Brasil na área trabalhista, de amplo alcance, em função do choque econômico causado pela pandemia: uma de natureza mais assistencial, voltada para trabalhadores informais e famílias de baixa renda (a Lei nº 13.982/2020), outra para os trabalhadores formais do setor privado (a Medida Provisória nº 936/2020). O objetivo principal do estudo foi estimar suas coberturas tanto de forma isolada quanto conjuntamente sobre a população do país.

Para o nível estadual, Alexandre Arbex Valadares, Fábio Alves, Marcelo Galiza e Sandro Pereira Silva fizeram um amplo levantamento das políticas voltadas ao apoio produtivo da população rural no capítulo 25, intitulado *Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto da covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais*.

No nível municipal, Jéssica Lago da Silva, Rodrigo Carvalho da Silva, Fernando Freitas e Fábio Waltenberg fecham a seção com o capítulo 26, *Políticas socioeconômicas de reação à crise da covid-19 no município de Maricá, Rio de Janeiro*. O texto discorre sobre o alcance e os limites das ações adotadas pela prefeitura municipal de Maricá para mitigar o impacto socioeconômico da covid-19 no estado do Rio de Janeiro. Os autores destacam que Maricá possui algumas particularidades que lhe permitiram agir de forma rápida e inovadora na assistência de sua população (incluindo empreendimentos de economia solidária, microempreendedores e trabalhadores autônomos), por exemplo, possuir uma boa dotação orçamentária, além de contar com uma estrutura de transferências de renda montada, viabilizada pela ação de um banco comunitário.

A seção V, última desta obra, é composta por mais dois capítulos, os quais trata especificamente das *Questões metodológicas na coleta de informações em tempos de pandemia*. Seu primeiro texto, o capítulo 27, denominado *A redução no número de entrevistas na PNAD Contínua durante a pandemia e sua influência para a evolução do emprego formal*, foi escrito por Carlos Henrique Corseuil e Felipe Mendonça Russo.

O estudo traz como problematização o fato de que o monitoramento da evolução do emprego formal no Brasil se tornou mais complicado com a chegada da pandemia, uma vez que suas principais fontes de informação foram afetadas. Nesse sentido, os autores buscaram analisar em que medida a queda no número de entrevistas nas pesquisas domiciliares, causada pela mudança na forma de coleta, pode ter alterado a composição da amostra e, com isso, sobrerrepresentar grupos da população com maior ou menor propensão a ocupar postos de trabalho formais.

Por fim, o capítulo 28 encerra a seção V e também o livro. Com o título *Inaudíveis: quem deixou de ser coberto pelas pesquisas telefônicas e diferenças em relação aos registros administrativos*, de autoria de Marcos Hecksher, o estudo visa verificar de que maneira a substituição do modelo de entrevistas face a face nos domicílios por chamadas telefônicas pode ter afetado os resultados das pesquisas domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) sobre alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho. O autor busca compreender ainda como tais efeitos podem ter contribuído ou não para as diferenças observadas entre os indicadores provenientes do IBGE e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) durante a pandemia.

Conforme demonstrado neste breve resumo dos 28 capítulos que compõem este livro, há uma evidente riqueza de temas e métodos de abordagem sobre os impactos da pandemia de covid-19 sobre o comportamento de indicadores do mercado de trabalho e das desigualdades sociais nesse período, especialmente ao longo de 2020. Apesar da escolha em organizá-lo em cinco seções, definidas *a posteriori*, é possível perceber que os textos transitam entre as próprias seções, dada a conectividade que cada uma das temáticas apresenta. Tudo isso faz com que, conforme dito anteriormente, esta obra tenda a se consolidar como uma importante referência para o estudo dos impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na sociedade brasileira como um todo, indicando, inclusive, possibilidade de análises posteriores, as quais visem verificar trajetórias futuras para esses indicadores.

Boa leitura!
Os organizadores